



**Violência no meio escolar.**  
**O bullying e as novas formas de violência entre os**  
**jovens.**

**CEJ**

**LISBOA Abril 2012**

Ana Teresa Pinto Leal

Procuradora da República

*“ Muitos dos que convivem com a violência dia após dia assumem que ela é parte intrínseca da condição humana, mas isso não é verdade. A violência pode ser evitada. As culturas violentas podem ser modificadas”*

**Nelson Mandela**

## **1. Enquadramento**

A problemática do bullying e das novas formas de violência entre os jovens tem-se mantido na ordem do dia com os diversos casos a que a imprensa tem dado particular relevo, sendo certo que fora dos holofotes dos *media*, a mesma, desde há muito, tem suscitado preocupação e estudo.

A escola é um espelho da sociedade em que vivemos e ninguém duvida que vivemos numa sociedade cada vez mais violenta. As situações de violência escolar são, pois, reflexo dessa realidade.

Este fenómeno desde há vários anos tem vindo a constituir uma preocupação a nível mundial.

Atentemos, então, em alguns textos internacionais relevantes nesta matéria.

### ***Convenção sobre os Direitos da Criança***

Em lugar de relevo temos a Convenção sobre os direitos da criança de cuja redação do seu **art. 19º** se retira que o termo violência abrange todas as formas de violência física ou mental, ferimentos, e abusos, abandono ou negligência, maus tratos ou exploração, incluindo o abuso sexual.

Esta definição inclui a exposição das crianças à violência, não só no lar mas também noutros contextos, como seja a escola.

Abrange não só a violência entre adulto e criança mas também entre crianças.

### ***Organização Mundial de Saúde***

Em 1999 a Organização Mundial de Saúde elegeu a prevenção da violência como dos elementos a atender para a promoção de uma escola saudável, tendo considerado que a violência afeta a capacidade de aprendizagem e o bem-estar, é um problema social e económico, mas é, no entanto, uma realidade reversível e os resultados demonstram que a escola constitui um dos palcos privilegiados na sua prevenção.

No seu Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, 2002, a OMS define violência como “ *O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação*”

De notar que o uso da expressão “poder” permite incluir nos atos de violência a ameaça e a intimidação. Ao nível das consequências, a definição é bastante abrangente uma vez que, para além do dano imediato como seja, por exemplo, a ofensa física e ou a morte, permite nela incluir os problemas físicos, psicológicos ou sociais, que podem ser imediatos ou prolongarem-se no tempo.

O bullying, em qualquer das suas formas constitui, assim, um ato de violência.

Ainda segundo o mesmo relatório, a violência escolar está incluída no tipo de violência interpessoal e comunitária, que ocorre entre pessoas sem laços de parentesco e que podem ou não conhecer-se.

Afeta não só a saúde mas também a qualidade de vida e a sua prejudicialidade e danosidade vai para além da vítima e estende-se aos familiares, amigos e até à própria comunidade.

Os jovens que apresentam comportamentos violentos revelam maior apetência para o cometimento de outros crimes e podem apresentar outros problemas como sejam,

- Vadiagem
- Abandono escolar
- Abuso de substâncias tóxicas
- Mentira compulsiva
- Comportamentos impudentes
- Elevado índice de doenças sexualmente transmissíveis.

(Relatório OMS 2002)

*(Recomendação (CM/Rec (2009) 10)*

A nível Europeu, as Diretrizes do Conselho da Europa sobre estratégias nacionais integradas de proteção das crianças contra a violência, anexas à Recomendação do Comité de Ministros do Conselho da Europa de 2009 estabeleceram como objetivos,

- A proteção dos direitos das crianças e, em particular, das que são vítimas de violência.
- Prevenção e luta contra todas as formas de violência contra as crianças.
- Promoção e adoção, implementação e monitorização de estratégias nacionais integradas para a proteção das crianças contra a violência.
- Reforço da cooperação internacional a favor da defesa dos direitos da criança e da proteção das crianças contra a violência.

De entre as diversas diretrizes, ao nível do sistema jurídico, podemos mencionar, a título de exemplo,

- O superior interesse da criança como objetivo prioritário a alcançar em todos os processos;

- A audição da criança e o deverem ser tomadas devidamente em conta as suas opiniões;
- O serem realizadas todas as diligências necessárias a que as decisões judiciais sejam aplicadas de forma efetiva e eficaz;
- O tratamento célere e prioritário dos processos;
- O serem tomadas providências para evitar a dupla vitimização e a proteger-se a privacidade das crianças.

No aspeto específico da denúncia da violência a recomendação aponta no sentido de a mesma dever ser obrigatória para todos os profissionais que trabalham para e com crianças.

Por outro lado é igualmente recomendado que as crianças e suas famílias possam ter acesso a informação sobre actos e práticas que constituem violência, como seja o bullying, e saberem como e a quem podem denunciar esses casos.

À criança deve ser permitido denunciar uma violência sem o consentimento dos seus pais ou representante legal.

### ***A nossa realidade***

Em Portugal, o *Programa Nacional de Saúde Escolar* ( Despacho nº 12.045/2006, DR 110, 2ª Série de 7 de Junho) elegeu a violência em meio escolar, incluindo o bullying e comportamentos autodestrutivos, como uma das áreas prioritárias da prevenção de comportamentos de risco, a par do consumo de substâncias lícitas como o álcool, tabaco e uso indevido de medicamentos, do consumo de substâncias ilícitas e das doenças transmissíveis.

No fenómeno da violência no meio escolar podemos distinguir os factos que envolvem apenas os alunos, e que são a sua maioria, daqueles em que as vítimas são professores ou pessoal não docente e ainda aqueles em que as vítimas, e por vezes os próprios agressores, são pais ou familiares de alunos.

Por último, resta-nos as situações, raras mas não inexistentes, de professores que agredem os alunos.

Fruto da necessidade de prevenir um crescente aumento da violência ao nível das escolas em 1992 foi criado o programa Escola Segura, cuja intervenção na área da prevenção se tem revestido de particular importância, aliás reconhecida por todos. No âmbito deste programa e segundo dados fornecidos pela PSP e GNR, no ano de 2011, na área do Distrito de Lisboa foram registadas 1501 ocorrências criminais em escolas.

Destas, 449 envolveram ofensas à integridade física, 178, injúrias e ameaças, 180 roubos, 396 furtos e as restantes dividem-se por abusos sexuais, posse e uso de arma de fogo, dano, posse e consumo de estupefacientes.

A maioria destas ocorrências envolveu apenas alunos e só muito pontualmente a vítima ou agente do ilícito era professor ou familiar do aluno.

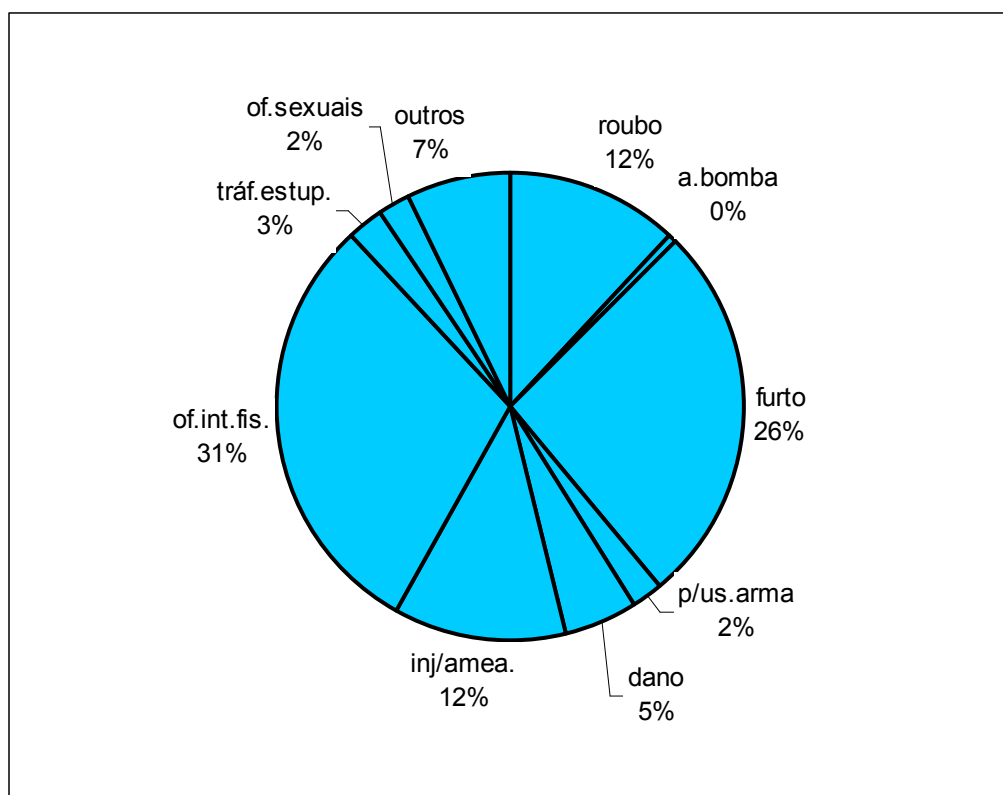


Gráfico das ocorrências registadas no Distrito de Lisboa

Como podemos observar no gráfico que se segue, no ano de 2011 verificou-se um ligeiro aumento no número de ocorrências participadas, de 1346 subiu para 1501. O maior número de participações diz respeito aos crimes de ofensas à integridade física e injúrias, logo seguidos dos crimes contra a propriedade, com especial incidência para os crimes de furto e roubo, sendo estes os que registaram uma maior subida.

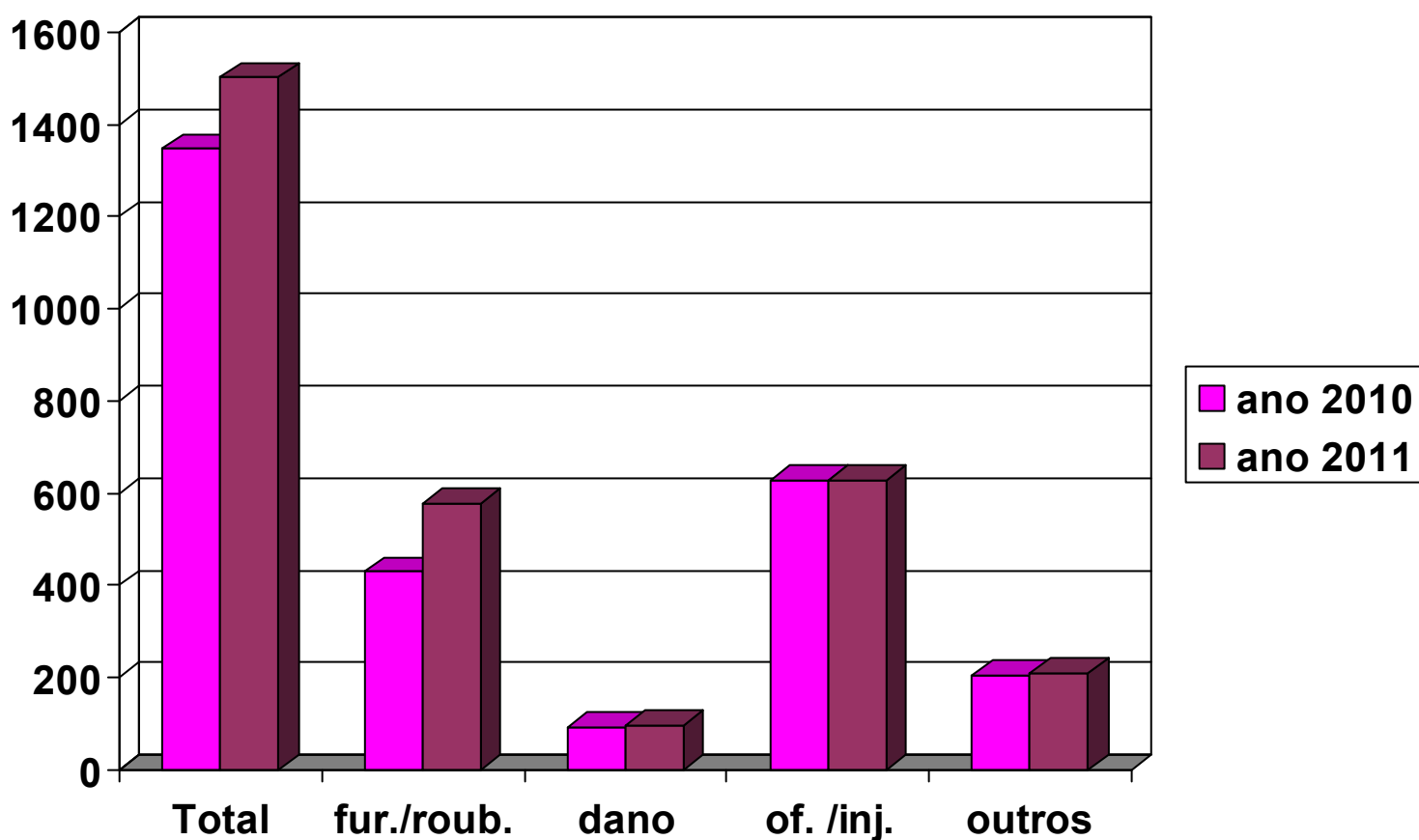


Gráfico comparativo das ocorrências registadas no Distrito de Lisboa nos anos de 2010 e 2011

A realidade no concelho da Amadora é muito semelhante à do Distrito no que concerne à natureza das ocorrências e tipo de crimes.

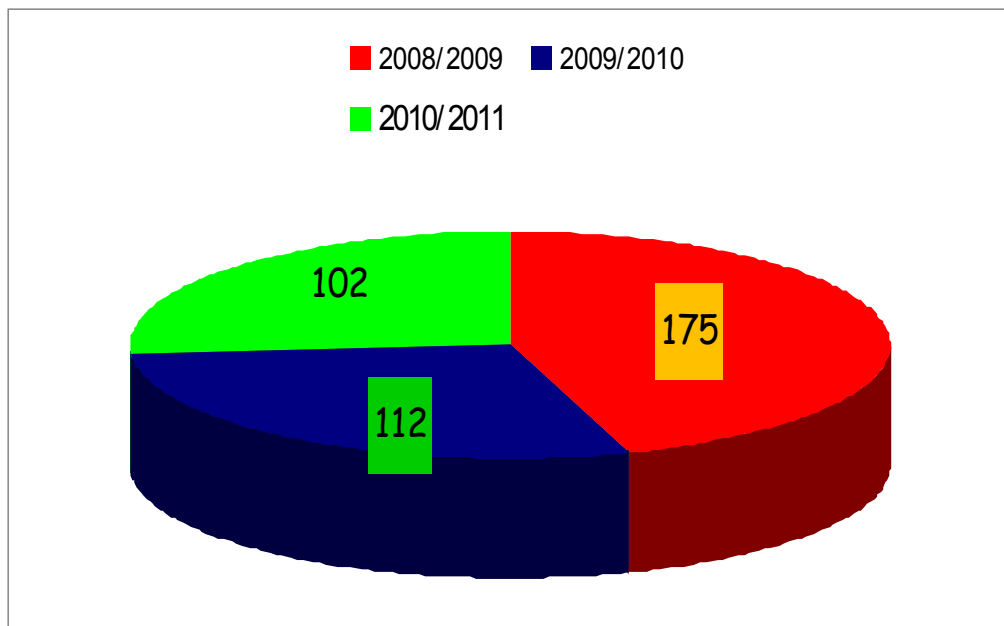


Gráfico das ocorrências no conselho da Amadora

Porém, como decorre deste gráfico e ao contrário do que se poderia esperar, o número de ocorrências participadas tem vindo a diminuir.

Certamente vários fatores poderão ser encontrados. Numa vertente meramente repressiva, o trabalho policial em coordenação com o Ministério Público que tem sido levado a cabo, com assinalável êxito, no sentido de serem detidos alguns dos jovens adultos dos bairros mais problemáticos, muitos deles líderes de grupos associados à prática reiterada de crimes mais violentos, poderá ter constituído um fator de dissuasão para os mais jovens na assunção de comportamentos violentos. Na vertente preventiva, o trabalho desenvolvido pelas escolas e pelas estruturas municipais e sociais no combate à violência tem contribuído de forma decisiva para esta redução de ocorrências.

A nível nacional e segundo dados do Relatório Anual de Segurança Interna, divulgados no início do mês de Abril, no ano letivo de 2010/2011 a PSP e GNR registaram 5762 ocorrências, mais 1000 do que no ano anterior.



Mas há uma realidade que é incontornável, muitas situações há em que não é pedida a intervenção do OPC e não chega a ser feita qualquer participação.

### *Denúncia dos factos*

Sobre esta questão em concreto os dados apontam no sentido de que a direção das escolas e os próprios professores evitam participar casos de violência que ali ocorrem, apenas o fazendo por iniciativa própria quando a gravidade das mesmas atinge uma dimensão que não pode ser ignorada.

Para este estado de coisas podemos encontrar algumas explicações.

► As escolas preferem tratar dos assuntos internamente pois deste modo evitam maiores conflitos, quer com os alunos quer com os próprios pais e familiares e, por outro lado, tentam afastar o estigma de serem uma escola com problemas de disciplina e violência. Nenhum conselho diretivo quer ver o nome da sua escola envolvido em atos desta natureza e, sempre que se mostra possível, evita participá-los às autoridades.

► Também os professores, em muitas das situações, não participam os ilícitos de que são vítimas, a maior parte deles relacionados com agressões, injúrias e ameaças.

A vontade do professor em apresentar ou não queixa é respeitada pelo diretor da escola, quer estejam ou não em causa crimes de natureza pública.

Mesmo quando a PSP ou GNR é chamada a intervir e é instaurado inquérito, muitas vezes o professor tenta desistir da queixa e mostra-se incomodado e até revoltado por não o poder fazer em face natureza pública do crime.

Algumas explicações podem ser adiantadas para esta realidade.

▪ Em primeiro lugar trata-se de uma questão cultural. O professor que foi de alguma forma ofendido por um aluno, é visto pelos seus pares como alguém que não consegue impor autoridade e respeito e ele próprio sente que a sua função

educativa falhou por não ter conseguido antever o problema e evitar aquele comportamento do aluno.

- Por outro lado, o desgaste dentro da própria escola para um professor que tem pendente um processo contra um aluno é enorme. Todos reconhecemos a morosidade processual. O professor tem que continuar a lidar com aquele aluno quase diariamente, dentro e fora da sala de aulas e a incerteza sobre o resultado do processo leva a um enorme desgaste. Se a tudo isto se somar um eventual arquivamento do inquérito, então é a completa desautorização perante aquele aluno e o professor passa a ser motivo de chacota e risos por parte da turma.

Evitar que o caso chegue ao conhecimento das autoridades e do tribunal ou desistir da queixa é uma forma de obstar a tudo isto.

Dar o assunto por encerrado apenas com o processo interno da escola e com a eventual medida ou pena que nele venha a ser aplicada é, na perspetiva dos professores, a melhor maneira de resolver estas questões.

- Ainda uma outra razão se perfila, esta de natureza muito mais mezinha mas não de menor importância do ponto de vista do professor. As várias deslocções à esquadra da polícia e ao tribunal que um processo impõe, implica faltas que, embora justificadas, têm influência negativa na sua avaliação como professor.

É que em face da lei atual, a assiduidade do professor tem um grande peso avaliativo.

Pesados todos os prós e contras o professor, em muitas das situações, opta por não participar tutelar ou criminalmente do aluno.

A este propósito de salientar que a já mencionada Recomendação do Comité de Ministros do Conselho da Europa, de 2009 onde se consagra que a denúncia da violência deve ser obrigatória para todos os profissionais que trabalham para e com crianças.

### **Algumas explicações possíveis para o fenómeno da violência na escola**

Serão certamente muitas as razões sociológicas, económicas, culturais e outras que determinaram que ao longo dos anos os casos de violência na escola tenham vindo a aumentar.

São diversos os fatores internos, relacionados com a escola e externos, relacionados com a família, bem como com a realidade socioeconómica dos membros da comunidade escolar, onde podem ser encontradas as causas para o fenómeno da violência juvenil levada a cabo em contexto escolar, sendo que os fatores externos são quase todos eles comuns aos que são apontados como preditores de comportamento violentos em geral, quer na infância e adolescência quer na fase adulta.

Longe de constituir uma lista completa e exaustivos, aqui se apontam alguns desses fatores.

#### **Internos**

##### Relacionados com a escola

► O aumento do número de alunos por escola e por turma sem o consequente aumento de professores e pessoal não docente – atualmente mais de 70% dos jovens frequentam o ensino secundário.

► A ausência de qualquer ligação afetiva entre professor e aluno. O ritmo alucinante da vida atual e o peso de muitos problemas pessoais e familiares que alunos e professores carregam consigo e a dimensão da população escolar deixam pouco espaço à possibilidade de uma relação entre aluno e professor que não se prenda exclusivamente com a vertente do ensino. A relação pessoal tende a ser quase se não mesmo inexistente.

► A cada vez menor autoridade do professor que, para evitar maiores problemas, coloca o exercício dessa autoridade em segundo plano, optando por ignorar certas condutas em vez de chamar à atenção para elas.

Não confundir, no entanto, autoridade com autoritarismo pois não poucas vezes caímos no extremo oposto. Um professor cansado e desmotivado tende a ser inflexível e até rude. A agressão verbal e a expulsão da sala de aula são muitas vezes a solução encontrada.

A autoridade não é só a que dimana do cargo. Para que seja exercida com eficácia tem que ser conquistada. Ao professor não basta possuir autoridade, a mesma tem que lhe ser reconhecida pelos alunos.

Não parece, pois, que um reforço de autoridade por que muitos professores pugnam constitua só por si uma solução para os problemas de indisciplina e violência escolares.

► A falta de qualidade de muitos dos espaços escolares. Não tendo a escola um ambiente agradável e apelativo o seu espaço tende a servir de palco a confrontos e zangas ao invés de constituir um espaço de lazer convívio agradável entre os alunos.

## **Externos**

### Relacionados com a família

► O aumento das situações de violência doméstica. Os garotos transportam para a escola a violência com que convivem em casa.

Muitos deles são testemunhas de atos violentos levados a cabo em contexto familiar (o pai ou padrasto que agride a mãe e/ou os irmãos) e outros são eles próprios agredidos violentamente pelos pais, sendo vítimas de abusos físicos e até de abusos sexuais.

Na escola deixam de ser vítimas e passam a ser agressores.

Uma cultura de violência vivenciada em família tende a transformar-se numa rotina que é transportada para a escola.

Ocorre, então, uma interiorização de que a forma de resolver os conflitos é a violência com um decorrente aumento do risco de serem agentes de atos violentos.

Também o estilo de educação, autoritária e assente em punições físicas severas ou, pelo contrário, pouco interveniente e alheada, em que prevalece a falta de comunicação e a ausência de regras de conduta precisas, podem ter o mesmo efeito nocivo.

► O horário de trabalho excessivo dos pais que determina a falta de tempo e disponibilidade para o seu acompanhamento e supervisão. Por muita vontade e interesse que haja por parte dos pais, sair de casa, muitas vezes de madrugada e chegar tarde impede o exercício cabal da vertente educativa.

Os pais acabam por delegar na escola uma parte significativa daquilo que deveria integrar a sua função parental.

A diferença entre a função da educação que cabe aos pais e a vertente do ensino e transmissão de conhecimentos que cabe à escola tende cada vez mais a esbater-se e a sociedade acaba por exigir que a escola se substitua aos pais, com todos os malefícios que daí advêm.

► Ausência de afetividade na relação pais/filho. Muitos pais não fazem qualquer investimento na sua relação com os filhos o que os torna órfãos de afetos.

► Graves conflitos familiares, mormente decorrentes da separação dos pais.

► O baixo nível socioeconómico e a pobreza encontram-se, também, muitas vezes associados a violência futura.

#### Relacionados com o meio em que vivem

► A comunidade em que vivem pode expor os jovens à violência.

As áreas urbanas com maior índice de criminalidade tendem a influenciar as famílias e transmitir essa cultura aos jovens.

► A falta de integração social na comunidade. A ausência de relações sociais leva ao isolamento e pode também constituir fator de aumento da violência entre os jovens. A exclusão social está muitas vezes associada à discriminação quer ela seja étnica, racial, religiosa, sexual ou outra.

► O fácil acesso a armas. Muitas vezes os pais permitem que os filhos transportem consigo armas para a escola, segundo eles, para “ se poderem defender”.

### Pessoais

A todos estes acrescem fatores pessoais que se prendem com a própria personalidade e também com as próprias características físicas.

*“O temperamento impulsivo e, nos rapazes, a força física, encontram-se muitas vezes associados a comportamentos violentos.” (Carvalhosa, 2010)*

No relatório do Observatório **de Delinquência Juvenil**, elaborado com base em dados recolhidos em 46 Escolas do ensino Básico e Secundário, do Porto, Lisboa e Setúbal, no ano de 2009, ressaltam dados sobre os quais importa refletir,

- Cerca de 48% dos jovens inquiridos reportaram que pelo menos uma vez na vida cometeram um ato delinquente, sendo que, cerca de 33% deles referiram tê-lo cometido nos últimos 12 meses;
- O aumento da idade determina o aumento de percentagem de jovens que cometem atos delinquentes, sendo a maior incidência da prática desses atos a partir dos 16 anos;
- Cerca de 53% dos jovens reportam terem vivido pelo menos uma situação em que foram vítimas de alguma forma de violência nos últimos 12 meses.

- O maior número destas situações diz respeito a humilhação, injúrias ou difamação, logo seguido de perto pelas ameaças e agressões e pelo furto.
- Grande parte destes atos de vitimação ocorreu em contexto escolar, cerca de 47%;
- As situações de vitimação são significativamente superiores nos jovens do sexo masculino.
- 56.1% dos rapazes consideram terem sido alvo de atos de violência;
- Os grupos mais jovens apresentam taxas de vitimação mais elevadas, cerca de 30% até aos 15 anos e 24% a partir dos 16 anos.
- Os atos de humilhação, injúria ou difamação constituem a principal causa de vitimação, com 29.8%, seguida da ameaça e agressão, com 20.7% e do furto com 20.1%.

Um estudo que envolveu 27 países e relativo a crianças em idade escolar, na sua maioria com 13 anos de idade, sobre o seu envolvimento em comportamentos agressivos no ano escolar de 1997-1998, colocou Portugal em 23º lugar, como um dos países em que tais ocorrências tiveram lugar em menor número. No nosso país, 39,7% é o valor dos que se envolveram neste tipo de comportamentos, sendo que 2,4% deles pelo menos uma vez por semana, contra 57,9% dos que não participaram em condutas violentas. (Relatório da OMS de 2002)

Só para termos uma ideia em termos comparativos, sendo certo que o estudo em causa é mais redutor por ter envolvido apenas escolas públicas das áreas urbanas, suburbanas e rurais do Norte de Portugal, em 1996 este estudo apontava que 21% de alunos referiram ter sido vítimas de agressões e 18% afirmavam terem tido um comportamento agressivo.

Ainda segundo no relatório do Observatório de Delinquência Juvenil, o problema mais reportado pelos alunos inquiridos é, curiosamente, a “grande indisciplina nas

aulas” seguido de perto pelas “brigas e lutas”. Só depois vêm as situações de vandalismo e roubo.

Contra o que seria de esperar, a maioria dos alunos ouvidos manifestam-se no sentido de não quererem abandonar a escola.

Muitos daqueles que mesmo sendo maus alunos e apresentando comportamentos antissociais não querem sair da escola.

Este é o reflexo de uma visão dicotômica da escola e de alguma ambivalência de sentimentos relativamente à mesma.

Se cumprir horários, estar sujeito a regras, ter de estudar e tirar notas positivas e poder estar sujeito a atos de violência por parte de outros colegas constituem fatores de desmotivação e são encarados como aspetos negativos, o convívio com amigos, o namoro, a aprendizagem na ótica de obtenção de conhecimentos e valências que permitem um futuro melhor, quer seja para se prosseguirem os estudos na universidade quer para se encontrar (um melhor) emprego são as vertentes positivas que muitos jovens consideram e os levam a não querer desistir da escola.

Há pois que encontrar forma de enfatizar estas últimas para se conseguir um menor abandono escolar.

## **2. Bullying**

O Bullying é uma forma particular de violência associada sempre a uma relação de poder entre alguém que se apresenta como superior e um seu igual que se considera inferior e incapaz de responder à agressão.

As suas causas são, na sua esmagadora maioria comuns à violência escolar em geral, estando a sua diferenciação principalmente ligada à forma como é levada a cabo a agressão e ao tipo de alvo escolhido para vítima.



Trata-se de um tipo de violência com especial impacto quer individualmente quer nas relações entre o grupo de pares que pode causar perturbação emocional nas vítimas com a consequente quebra do rendimento escolar e que pode até gerar incapacidade para frequentar as atividades letivas (Strecht, 2008).

### **Noção**

Este fenómeno, que em Português foi já designado como “maus-tratos entre iguais” ou “maltrato entre pares”, na definição de Dan Olweus, investigador Norueguês da Universidade de Bergen e um dos primeiros a estudar esta realidade, o bullying ocorre “quando um aluno ou uma aluna são expostos, repetidamente e durante um certo período de tempo, a acções negativas por parte de um ou mais alunos”

Na Recomendação do Comité de Ministros do Conselho da Europa de Novembro de 2009 (Recomendação CM/Rec(2009)10 do Comité de Ministros), citando vários autores, o conceito de bullying é dado como *“um ato de comportamento agressivo repetido com a intenção de magoar outra pessoa física ou mentalmente. É caracterizado por certo tipo de comportamento do indivíduo, com o fim de tentar exercer domínio sobre outra pessoa. O comportamento pode incluir injúrias, abuso verbal ou escrito, exclusão de atividades, exclusão de situações sociais, agressão física ou coação. Os autores do bullying podem comportar-se deste modo para serem vistos como populares ou fortes ou para chamar á atenção. Eles podem ser motivados por inveja ou serem, eles próprios, vítimas de bullying.”*

A acrescentar aos comportamentos enunciados e em face de estudos mais recentes também o assédio ou abuso sexual pode constituir forma de violência integradora do conceito de bullying.

Associada a este tipo conduta está sempre implícita uma relação de poder de determinados alunos sobre outros dos seus pares e é esta característica particular que distingue o bullying da restante violência.

Ao conceito está inerente uma relação de desigualdade, alguém que se considera superior agride um seu par que se sente diminuído e inferior física ou emocionalmente.

Os casos que envolvem atos de violência entre duas crianças ou jovens de força igual não constituem, pois, situações de bullying.

A este tipo específico de violência está também inerente um comportamento continuado no espaço e no tempo.

Há quem reporte situações destas ao longo de toda a vida escolar

Os estudos apontam no sentido de se tratar de um fenómeno transversal a todas as idades – tanto pode acontecer com crianças como com adolescentes – e ao contrário do que se possa julgar não atinge só os alunos das camadas sociais mais desfavorecidas e nem só as escolas públicas.

### ***Bullying Indireto e Direto***

O designado **bullying indireto ou social** caracteriza-se por forçar a vítima ao isolamento social ou à exclusão do grupo através de diversas técnicas como sejam a de espalhar comentários, intimidar outros colegas que manifestam vontade de se relacionar com a vítima, criticar o seu modo de vestir e de se comportar ou afastá-la dos convívios e atividades de lazer organizados pelo grupo.

Estamos aqui perante fenómenos de intimidação indireta e relacional.

Estas agressões indiretas têm como vítimas preferenciais as raparigas enquanto o **bullying direto**, que se traduz em agressões físicas ou ameaças, atinge maioritariamente os rapazes.

O bullying pode ocorrer tanto individualmente como em contexto de grupo e este pode acontecer tanto do lado do agressor como da vítima.

### *Cyberbullying*

O designado cyberbullying é uma subespécie de bullying surgido mais recentemente e como consequência da utilização massiva das novas tecnologias e formas de comunicação como a internet, emails, telefone, mensagens, chats e redes sociais.

É caracterizado por a agressão e humilhação ser levada a cabo através destes meios e que pode tomar várias formas, designadamente através da divulgação de vídeos ou fotografias.

A sua danosidade é especialmente gravosa em face da facilidade na divulgação, da dificuldade na deteção da sua origem e da dificuldade em lhe por termo.

O uso destas formas de comunicação permite chegar a um público muitíssimo mais vasto e o replicar do conteúdo agressivo pode ter lugar quase indefinidamente sem que a vítima tenha possibilidade de lhe colocar um fim.

Os seus autores não são facilmente identificados.

A vítima tem aqui uma muito menor possibilidade de se defender e evitar a continuação da agressão e, muitas vezes, remete-se ao silêncio sofrendo sozinha as consequências dos atos maldosos de que foi objeto.

Trata-se de uma forma de violência que evidência uma particular cobardia por parte dos seus agentes.

Um estudo que visou efetuar um diagnóstico da situação do cyberbullying em Portugal e apresentado na Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade de Coimbra no passado dia 3 de abril, revelou que um em cada seis alunos do ensino básico e secundário foi vítima de ameaças ou difamação através das novas tecnologias.

O estudo em causa abrangeu um universo de 168 rapazes e 171 raparigas de escolas do ensino básico e secundário das regiões de Lisboa e Coimbra.

Enquanto cerca de 16% admitiram terem sido vítimas de cyberbullying, aproximadamente 9% afirmaram terem sido autores de atos daquela natureza.

Ainda segundo este estudo, a divulgação de fotografias contendo cenas íntimas, decorrente de conflitos surgidos na relação de namoro, constitui a prática mais comum deste tipo de atos.

### *Happy-slap*

O designado “happy-slap” que em português foi já traduzido por “apanhados de bofetadas”, constitui uma outra prática, que teve o seu início em Inglaterra, em 2004, e que se traduz em filmar as agressões físicas com um telefone portátil tendo por objetivo difundir essas imagens de modo expor e humilhar a vítima.

Estamos aqui perante um misto de bullying direto e cyberbullying.

O grau de violência e a sofisticação dos meios empregues são cada vez mais rebuscados e causam na vítima de cada vez maiores danos.

Em França, em 2007, ocorreu uma das primeiras condenações de um autor destas filmagens, tendo-lhe sido imputada a prática dos crimes de violação da vida privada e omissão de auxílio.

Em Portugal num caso recente e muito mediatizado pela comunicação social, o autor das filmagens foi condenado pelos crimes de gravação ilícita e ofensa à integridade física.

### *Caracterização dos intervenientes*

Do bullying são normalmente **vítimas** as crianças e jovens com baixa autoestima, que se apresentam, por regra, tristes e se mostram infelizes, sem amigos, com aparência física frágil ou com alguma particularidade física que os fazem sentir-se diminuídos perante os outros, sendo normalmente muito protegidos pelos pais, principalmente pelas mães ou, no extremo oposto, vivem num ambiente familiar pouco afetivo.

Outra das características, que se revela importante pois implica uma especial atenção aos indícios, é a que se prende com o facto de estas crianças e jovens raramente se queixarem e dificilmente pedirem ajuda.

Muitas vezes sentem-se responsáveis pelo tratamento a que são sujeitas e sentem vergonha (Blaya, 2006).

No entanto as crianças mais novas têm maior facilidade em pedir ajuda aos adultos pois a isso estão mais habituadas. As crianças mais velhas e os jovens revelam uma maior relutância em contarem o que se passa pois sentem que devem resolver as coisas sozinhos e por vezes têm vergonha de partilhar o que lhes está a acontecer. Outras sentem medo de represálias e receiam não serem entendidas ou que os adultos não acreditem nelas.

A vítima tem normalmente medo de apresentar queixa e desenvolve uma baixa auto-estima, algumas vezes acompanhada de situações de depressão.

Cerca de metade das vítimas não contou a ninguém os atos que sofreu e dos que o fizeram, 47% contaram aos pais e 31% a um professor, *“porque a experiência lhes ensinou que os adultos muitas vezes não se interessam ou quando estão interessados dão maus conselhos”* (Mellor, 1993 cit. Carvalhosa, 2010).

Com frequência, os conselhos dos adultos passam por queixar-se aos professores, ignorar a situação ou “responder na mesma moeda”, o que para a vítima não é aceitável pois tem medo de sofrer represálias ou ver a situação piorar.

A tudo isto acresce uma fraca capacidade de resistência que as tornam também mais vulneráveis.

Por seu lado, os **agressores** têm também uma baixa autoestima, sofrem ou sofreram algum tipo de agressão por parte de adultos, têm uma grande necessidade de serem o centro das atenções e de mostrarem que têm poder sobre os outros.

São por regra os líderes, com grande influência no grupo e ascendência física ou psicológica sobre o mesmo.

Não desenvolvem capacidade de autocensura e mostram-se indiferentes ao sofrimento que provocam. (Barros, 2010)

Por norma os pais dos agressores e das vítimas não estão ao corrente das situações, o que as torna mais problemáticas.

No contexto escolar, em face do elevado número de alunos, é também difícil de detetar este tipo de violência, sendo muitas vezes o pessoal auxiliar ou o diretor de turma que, estando mais próximos dos alunos, melhor e mais facilmente se apercebem das situações.

Em 2003, um estudo feito em Portugal envolvendo cerca de 7.000 alunos apontava para que cerca de 22% de jovens entre os 6 e os 16 anos tinham já sido vítimas de bullying na escola.

Outros estudos apontam no sentido de que 85% dos comportamentos de maus-tratos são levados a cabo em contexto de grupo.

**Christina Salmivalli**, investigadora finlandesa da universidade de Turku, identifica cinco grupos de atores neste tipo específico de violência.

- **O agressor**, que sendo o líder é assistido pelos seus apoiantes que o auxiliam no cometimento das agressões, tendo por objetivo incutir o medo para conseguir obter poder, fama, domínio e popularidade;
- **A vítima**, sempre isolada e frágil;
- **Os defensores**, que sendo contra o bullying participam ativamente na defesa das vítimas e que, constituem um precioso auxílio na quebra do “círculo vicioso” da violência e ajudam a vítima a sair do seu isolamento, a pedir ajuda e a queixar-se;

- **Os apoiantes**, que sem intervirem diretamente na agressão, presenciam-na e apoiam a ação do agressor, contribuindo, deste modo, para lhe dar força e provocar um maior isolamento da vítima;
- **Os espetadores** que se revelam indiferentes e não se manifestam de forma positiva ou negativa.

O grupo de testemunhas que se mostra contra a atuação do agressor tem-se revelado importante para evitar as situações de bullying uma vez que são atuantes na defesa imediata da vítima e na denúncia das situações.

### *As consequências*

Os psicólogos alertam para algumas consequências do bullying e que constituem sinais de alerta a ter em atenção, como sejam,

Relativamente às vítimas, o abandono escolar, a diminuição das notas, uma maior irritabilidade, queixas físicas frequentes, como sejam dores de cabeça ou de barriga, tendência para o isolamento, o manifestar desagrado relativamente aos intervalos e ao recreio, recusa em frequentar determinados lugares, que associa à violência quer porque são isolados e a podem potenciar, quer porque neles sofreu já algum tipo de agressão. (Barros, 2010))

As situações mais graves podem chegar mesmo ao suicídio.

As consequências psicológicas são muitas vezes profundas e duradouras, “ *é muito raro um caso de bullying que resulte em danos físicos a longo prazo, enquanto todas as formas de bullying podem deixar cicatrizes psicológicas que durem uma vida inteira.*” (Alexander, 2007)

Quanto aos agressores podem encontra-se sinais na sua particular agressividade, no facto de serem ou terem sido vítima de maus tratos e numa ausência de vinculação afetiva.

Podem apresentar problemas de hiperatividade e com frequência assumem condutas antissociais.

A investigação mostra que os comportamentos agressivos nas crianças predizem risco de envolvimento em delinquência, abuso de substâncias, abandono escolar, parentalidade precoce e depressão (Carvalhosa, 2010)

### **3. A prevenção**

A violência não tem, no entanto, que ser uma fatalidade e a atuação da escola tem aqui um papel fulcral.

É o designado “efeito estabelecimento” segundo o qual as escolas não são totalmente impotentes “*podendo trabalhar sobre as variáveis internas*” de modo a reduzir “*o impacto dos dados sociais, e limitar os incidentes violentos e os climas nefastos*” (Blaya, 2006, pag.71)

#### ***Medidas a nível da escola e da comunidade***

Podemos equacionar algumas medidas que podem ser tomadas, com a escola na primeira linha desta intervenção.

Desde logo mostra-se essencial que cada escola comece por fazer o diagnóstico da sua realidade e partir daí para definir os projetos tendentes à prevenção.

► Uma maior intervenção nos recreios, quer na vertente da fiscalização quer na criação de atividades lúdicas apelativas para as quais os alunos canalizariam as suas energias e onde interagiriam de forma saudável. Um relato de uma professora refere que as “*brincadeiras*” dos alunos nos recreios passam, na sua maior parte, por pequenas brigas e lutas.

Espaços de recreio agradáveis com atividades interessantes e apelativas, devidamente vigiados, obstarão à ocorrência de muitas situações de violência.



O recreio foi identificado como o local onde os alunos se sentem menos seguros dado ser mais propício a atos de violência, sendo imediatamente seguido pela casa de banho e pela paragem do autocarro. Só depois vêm locais como a sala de aula, as escadas ou o refeitório.

► Um maior desenvolvimento da relação entre a escola, a comunidade e a família.

E aqui é fundamental o papel das associações de pais.

Também as CPCJs, através das comissões alargadas têm aqui um campo de atuação privilegiado no que respeita à prevenção primária.

► Implementarem-se ações de formação que contribuam para a criação e enraizamento de uma cultura de não-violência na escola.

Existência de programas de desenvolvimento social para reduzir os comportamentos antisociais e agressivos, que promovam comportamentos positivos e amigáveis.

Em Bergen, na Noruega, a introdução de programas que colocam em destaque as capacidades sociais e de competência nas escolas primárias e do secundário, tiveram a virtualidade de, no período de 2 anos, reduzirem para metade os incidentes de comportamentos agressivos.

A experiência foi depois replicada noutros países como Inglaterra, Alemanha e EUA, com o mesmo grau de sucesso (Relatório da OMS, 2002)

► O tratamento da violência escolar e do bullying em termos curriculares do ensino, levando até o tema para os manuais escolares, constitui outro meio de fazer chegar a todos a informação e conhecimento suficientes para que adquiram as competências necessárias a evitar as situações ou, se confrontados com elas, saber como lidar e agir, designadamente denunciando-as.

► A existência de atividades extracurriculares como o desporto, arte, música, teatro ou outras, que mantenham os jovens interessados e ocupados tem-se revelado também eficiente na prevenção da violência.

Não há uma só solução. Cada escola terá que encontrar as respostas adequadas à sua própria realidade.

O contexto socioeconómico e cultural em que se encontra inserida a escola determinará o tipo de trabalho que se tem que fazer. Meios mais pobres e desfavorecidos não significam necessariamente escolas com maiores índices de violência. O trabalho a fazer é que é diferente.

Também uma maior responsabilização do estabelecimento de ensino em todo o processo leva a uma menor responsabilização da sociedade e que tem como efeito minimizar o impacto do meio socioeconómico em que os jovens estão inseridos. (Blaya 2006)

Um ambiente escolar positivo e de qualidade tem um papel fulcral na prevenção da violência

Professores motivados e que gostam do que fazem, programas aliciantes, empenho por parte de todos e interação positiva entre alunos, professores e funcionários farão certamente mais na prevenção do fenómeno da violência do que a existência de rigorosos meios de controlo como sejam a existência de câmaras de vigilância de grades ou de cartões magnéticos.

A segurança é certamente importante mas está muito longe de ser suficiente.

### *A Mediação Escolar*

Cabe aqui uma palavra sobre a justiça restaurativa como meio alternativo de resolução de litígios em contexto escolar.

Estamos a falar da Mediação Escolar.

Trata-se de outra resposta possível à violência e também uma forma de a prevenir.

Na verdade, a resolução alternativa dos conflitos que nos é dada pela mediação e que constitui um processo crucial no sistema de justiça, ganhou terreno em vários campos e também chegou às escolas.

A mediação escolar pode ser definida como um

*“ Processo de gestão de conflitos, flexível, voluntário e confidencial, conduzido por um terceiro imparcial, o Mediador (aluno, professor, ou outro adulto pertencente à comunidade escolar), que, através de técnicas específicas de escuta, comunicação e negociação, apoia as partes em litígio, promove o diálogo e ajuda a encontrar um acordo que satisfaça ambas as partes e que permita por termo ao conflito ”* (Morgado e Oliveira 2009)

São, pois, princípios basilares da mediação,

- Negociação
- Intervenção de um terceiro neutral
- Voluntariedade das partes
- Neutralidade e imparcialidade do terceiro
- Confidencialidade do processo

A história da resolução alternativa de conflitos em contexto escolar é curta e em Portugal só nos anos 90 se iniciaram algumas experiências.

Atualmente encontra-se mais divulgada mas longe de abranger todo o universo escolar.

Não existindo regulamentação legal, algumas escolas optam por contratar um mediador ou por estabelecer protocolos com entidades externas.

A mediação em contexto escolar, cuja perspetiva mais relevante é o apelo ao espírito de colaboração, respeito e responsabilidade, de que não há vencedores nem perdedores mas que todas as partes envolvidas saem vitoriosas e são

contempladas na solução que for tomada, constitui um dos fatores mais positivos desta forma de resolver os conflitos.

Aqui, o conceito maniqueísta de bem e mal esbate-se e a noção do individual transforma-se num saudável repartir de responsabilidades e assunção do viver em grupo e do reconhecimento da existência do outro enquanto pessoa e ser total.

Porque o conflito é inevitável, importa aprender a geri-lo e a resolvê-lo. Se os jovens não conseguem dar esse passo sozinhos, processo que é o ideal e que funcionará muitas vezes, o recurso a um terceiro, o mediador, pode ser a resposta.

A presença do mediador, que se sabe não poder impor qualquer solução, deixa aberta a porta à criatividade para a obtenção do acordo.

A aprendizagem e capacidade de atuação para se chegar ao resultado final desejável, o acordo, conferem a todo o processo uma assinalável vertente pedagógica.

Temos, pois, que a mediação tem por objetivo ajudar a:

- Comunicar, favorecendo a interação das partes em conflito e estimulando a capacidade de observar e ouvir, de forma a controlar as reações negativas e violentas;
- Compartilhar os sentimentos, de modo a compreender o conflito de uma forma global e não apenas na sua própria perspetiva;
- Desenvolver autoconfiança, possibilitando, sempre que possível, a reparação das sequelas deixadas pelo conflito;
- Pensar os problemas, analisando as razões subjacentes ao conflito e fazendo com que as partes consigam separar os interesses dos sentimentos;
- Encontrar uma forma criativa de resolução do conflito;
- Prevenir conflitos futuros.

Importa criar um ambiente escolar em que a não-violência prevaleça e onde a resolução pacífica dos conflitos seja o meio privilegiado para os solucionar.

Há que promover um bom entendimento entre os elementos da comunidade educativa, sejam alunos, professores, pais/ encarregados de educação.

Um conflito mal resolvido pode determinar:

- Incompreensão;
- Ódio;
- Perda de amizade;
- Agressão e violência.

A escola na assunção da sua responsabilidade de formar os seus alunos para a vida em sociedade, através da participação de todos, deve promover mecanismos que possibilitem a análise das suas condutas e a influência que estas poderão ter nas condutas dos outros.

A simples aplicação de sanções disciplinares nos respetivos processos não constitui uma forma eficaz de resolver os conflitos, bem pelo contrário, muitas vezes é geradora de novos conflitos.

Ao invés, a mediação reduz o nível de tensão na comunidade escolar focando a sua intervenção na prevenção de futuros conflitos e na resolução de conflitos latentes.

Constitui também um meio de mostrar aos jovens alternativas não violentas de resolver as suas divergências e desentendimentos, apontando-lhes o caminho para a construção de uma sociedade mais pacífica.

Uma última nota para salientar que a mediação escolar não se destina a crianças ou jovens que apresentam comportamentos desviantes. Estes devem ter um acompanhamento e apoio especializados.

A mediação constitui antes uma forma de “educação para a cidadania” e um modo de prevenir a assunção de comportamentos desviantes.

**No Concelho da Amadora** em quase todos os agrupamentos escolares existem mediadores, alguns deles desempenhando também funções de animadores.

No caso concreto do agrupamento de Escolas José Cardoso Pires, constituído por cinco escolas do 2º e 3º Ciclos, o mediador faz parte de uma equipa de três elementos, onde estão também integradas uma psicóloga e uma assistente social e que constituem o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família.

Tive a oportunidade e o prazer de fazer uma visita a uma destas escolas e falar com os elementos daquela equipa.

A conversa correu fluida e revelou-se do maior interesse. O contacto direto com a realidade e com aqueles que atuam no terreno revelou-se muito frutuoso e constituiu uma grande mais-valia para a compreensão e resolução de muitos dos casos que todos os dias temos na nossa secretária para resolver.

Por outro lado estes contactos permitem uma abertura de canais de comunicação que se revelam de particular importância no exercício das nossas funções.

Cada vez mais o magistrado tem que conhecer e contactar com a realidade para além do tribunal pois a perspetiva com que se fica das coisas é muitas vezes diversa daquela que resulta da simples leitura dos processos.

E se esta é uma verdade transversal a todas as jurisdições, revela-se de particular importância quando falamos do direito das crianças e da família.

Deste contacto direto com o agrupamento escolar em causa pude saber que aqui a intervenção do mediador tem lugar em várias vertentes:

- Participa nas diversas atividades com os alunos e este seu envolvimento permite-lhe perceber as situações que necessitam de atenção e depois leva-as ao grupo, onde são, então, trabalhadas;

- A proximidade com os alunos faz com que o vejam como um amigo e nesta medida procuram-no para, em situações de conflito, auxiliar na resolução do problema de modo pacífico, através de um entendimento que seja aceite e satisfaça todos;
- Em conjunto com a assistente social faz a articulação com as famílias e com as diversas associações de bairro, no sentido de serem encontradas soluções ao nível da família e da comunidade para os problemas surgidos;
- Antes do início de cada ano escolar tenta desde logo identificar as situações problemáticas de alunos que, vindo do primeiro ciclo, vão frequentar a nova escola e antecipadamente convoca os seus pais para com eles conversar, dando-se início ao tratamento destas situações.

Em conversa com esta equipa, pude saber e compreender algumas realidades:

- Muitas das situações de bullying decorrem das vivências pessoais dos alunos, muitas delas eivadas de uma violência extrema.
- A violência psicológica é cada vez mais sofisticada e deixa marcas profundas nas vítimas.
- A humilhação pode ser levada a cabo por diversos fatores, como sejam,
  - Aparência e forma como se veste ( se usa ou não roupa de marca);
  - A imagem física (se é gordo);
  - Utilização de dados familiares e íntimos ( a mãe é alcoólica ou o pai está preso)
  - Questões relacionadas com o namoro, designadamente em situações de rutura e de ciúme.
- Muitas vezes a vítima passa a agressor. A criança ou jovem quando cresce e cria confiança passa a agredir os mais frágeis.

Embora possuindo autocensura vive sentimentos intensos que não consegue controlar em face da sua anterior vitimização.

Sentem particular prazer em se sobrepor aos outros e a família, embora sabendo que é um comportamento errado, acaba por apoiá-lo pois considera que como o seu jovem já sofreu agora merece e tem o direito de fazer o mesmo aos outros.

Os pais acabam por valorizar mais os filhos que são agressores por encontrarem algum fascínio naquilo que consideram rebeldia e acabam por ficar mais descansados pois encaram os filhos como sobreviventes e agora habilitados de maiores competências o que, do seu ponto de vista, lhes abre melhores perspectiva de futuro.

► Nas relações de namoro as raparigas são cada vez mais submissas e conformam-se com comportamentos agressivos por parte dos namorados.

A carência de afetividade leva-as a investir tudo na relação e interpretam as atitudes dos namorados como uma manifestação de amor e como uma forma de demonstrar que as consideram importantes.

### *Articulação e interdisciplinaridade*

Um aspeto deveras importante é que a intervenção a levar a cabo não o seja de forma isolada e setORIZADA.

Os problemas necessitam de respostas multidisciplinares devidamente coordenadas entre educação, saúde, proteção e intervenção social e justiça. (Strecht, 2008)

É primordial haver interação e coordenação entre os diversos setores e as diversas instituições que os integram. Só assim se alcançará um melhor resultado.

No relatório elaborado pelo Observatório da Justiça sobre Prevenção da Delinquência Juvenil chama-se à atenção para a atuação das diversas organizações que classifica de *“sobreposta e desarticulada”*.

Sem diálogo e harmonização na intervenção, o trabalho levado a cabo individualmente acaba muitas vezes por se sobrepor, com desperdício de tempo e meios e pode acabar por se perder.



Não raras vezes várias entidades estão, em simultâneo e isoladamente, a tratar do assunto relacionado com o mesmo jovem, o que constitui uma duplicação de trabalho e uma perda de eficácia.

No Concelho da Amadora a Câmara Municipal tem tido um importante papel dinamizador na prevenção da violência.

A RIIVA ( Rede Integrada de Intervenção na Violência na Amadora ) que agrega diversos parceiros, entre eles a CPCJ, o M.P., PSP, hospital Fernando da Fonseca, centro de saúde, juntas de freguesia, entre outros, desenvolve atualmente a sua atuação através de cinco grupos de trabalho, dedicando-se um deles exatamente à prevenção do fenómeno da violência.

Encontra-se em curso um levantamento das iniciativas levadas a cabo nas diversas escolas do concelho o que irá possibilitar um trabalho mais alargado, envolvendo todos os parceiros e alcançando um maior número de jovens.

A eficácia das iniciativas é certamente muito maior se houver articulação e o trabalho em rede é uma das formas para alcançar este desiderato.

### *Duas experiências positivas*

A integração social através de atividades culturais constitui uma das formas de obviar a situações de violência. Nos dois projetos que aqui deixo mencionados são as artes da música e da dança que lhes estão subjacentes.

Todas as crianças e jovens neles envolvidos encontraram aí uma oportunidade de exprimirem a sua criatividade, de participarem, de criarem laços de amizade e de interiorizarem uma forma positiva de estar e agir em grupo.

O impacto benéfico destas iniciativas vai muito para além dos seus participantes e estende-se à escola, às suas famílias e até ao bairro onde vivem.

A cultura de violência encontra nestes projetos um adversário eficaz pelo que devem ser acarinhados e, tanto quanto possível, replicados.

### ♪ *Batoto Yetu Portugal*

Criada em 1996 pelo coreógrafo Júlio Leitão, centra a sua atividade na área artística da dança e da música.

Desenvolve o seu trabalho no campo da “educação não formal”, com particular atenção para a inclusão através das artes, dinamização de iniciativas de organização comunitária e promoção da cidadania.

Desenvolve a sua atividade junto de crianças e jovens da área metropolitana de Lisboa e em especial do Concelho de Oeiras onde se encontra sedeadada.

O seu campo de atuação abrange também a prevenção de comportamentos de risco e nesta vertente fazem dinamização de animações em pátios de quatro escolas do Agrupamento de Escolas de S. Bruno.

Para poderem integrar o grupo os seus membros têm que ter bom aproveitamento escolar o que constitui um incentivo ao estudo e ao sucesso académico.

O lema de vida adotado pelo grupo é “Se podes andar também podes dançar, se podes falar também podes cantar; se existimos temos o dom de alcançar”.

### ♪ *Orquestra Geração*

Surgido em 2007, por iniciativa conjunta da Escola de Música do Conservatório Nacional, Câmara Municipal da Amadora e Fundação Calouste Gulbenkian, é um projeto que visa, através da música, “*promover o sucesso educativo*” e “*favorecer a inclusão social*”.

O seu núcleo inicial na escola Miguel Torga, do Bairro da Boba, tinha 15 elementos e agora no Concelho conta já com cerca de 180.

No ano letivo 2009/2010 o projeto foi alargado à Área Metropolitana de Lisboa e atualmente abrange já vários Municípios como seja Loures, Oeiras, Sintra Sesimbra e Vila Franca de Xira.

Atualmente tem também núcleos em Amarante, Mirandela e Coimbra e abrange um universo de cerca de 800 crianças.

A música serve como forma de desenvolver o companheirismo, a cooperação e a resolução de conflitos.

Através do projeto foi conseguido um maior envolvimento das famílias na vida escolar das crianças e os seus efeitos positivos estendem-se também à própria comunidade, que acredita mais em si e nas suas capacidades.

#### **4. A intervenção**

Quando tudo o mais falha, a resposta clássica à violência escolar é encontrada por recurso a mecanismos repressores, que passam pela aplicação de medidas disciplinares a nível da escola e pela aplicação de medidas Tutelares ou Penais no âmbito dos respetivos processos judiciais.

##### ***Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário***

No que concerne aos processos disciplinares internos da escola e à aplicação das respetivas medidas, a sua consagração legal é encontrada no Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, cuja regulamentação legal nos é dada pela Lei 30/2002 de 20 dezembro, entretanto alterada pelas Leis 3/2008 de 18 janeiro e 39/2010 de 2 de setembro.

Um dos aspetos que mereceu particular relevo da última alteração prende-se com o facto de ter tornado mais abrangente e mais fácil a aplicação da medida de suspensão preventiva.

Neste segmento em concreto, surgido na sequência da repercussão que na imprensa tiveram alguns casos e na necessidade de dar uma resposta política aos mesmos, partilho com alguns professores e elementos das CPCJs com quem falei a opinião de que uma suspensão pura e simples, sem quaisquer obrigações para o aluno, não parece ser a solução adequada.

Se ao aluno suspenso preventivamente da escola que integra fosse imposta a obrigação de frequentar, pelo período em causa, um outro estabelecimento de ensino próximo ou quaisquer outras atividades formativas, talvez a medida tivesse maior impacto e eficácia.

Certo é que, deste modo, estariam salvaguardados os interesses de prevenção geral e o aluno visado sentiria muito mais os efeitos nefastos da sua conduta. Ter que

frequentar uma escola onde não está integrado, não tem amigos e em cujo ambiente não se move com à vontade certamente seria mais facilmente interiorizado e sentido como um castigo do que pura e simplesmente ficar na rua sem nada para fazer e com total liberdade.

A um aluno que falta à escola com frequência a medida de suspensão será facilmente interiorizada não como um castigo mas como um prêmio.

O afastamento puro e simples do aluno da escola com a aplicação de uma medida suspensão ou expulsão é a forma mais fácil de resolver a questão, de serenar os ânimos e de dar alguma satisfação à comunidade mas está longe de constituir uma solução para o problema.

Mais não é do que uma panaceia que o oculta momentaneamente mas ele ressurgirá.

### ***A lei penal***

Também a nível da lei penal muito se falou de uma alteração com a criação de um tipo de ilícito específico para a violência na escola, que teria natureza pública.

Esta medida dividiu opiniões e os que se lhe opunham defendiam ser também ela não mais do que uma resposta política para um problema que recorrentemente a comunicação social traz à baila, mas sem qualquer eficácia prática.

Assim o terá também entendido o atual executivo que, tanto quanto parece, terá interrompido o respetivo processo legislativo e deixado cair este assunto.

### **O tratamento legal**

No quadro legal existente, vejamos, então, que caminhos se nos apresentam para o tratamento das questões relacionadas com a violência ao nível escolar.

### ***A vertente promocional.***

Começemos por um aspeto que nunca devemos olvidar. A regra dita que uma criança ou jovem que apresenta recorrentemente condutas antissociais que podem

ser enquadradas em situações de delinquência ou pré-delinquência tem na sua origem uma família que a negligenciou ou que a submeteu a repetidos maus-tratos.

A ausência de vinculação afetiva, o crescer em famílias desestruturadas e que não constituem uma referência de vida positiva, o abandono e os maus-tratos são algumas das situações que estão na génese de posteriores comportamentos delinquentes.

Utilizando a terminologia de Sá (2003) “*crianças em perigo*” transformam-se em “*crianças perigosas*”.

É aqui que o papel da promoção e proteção tem particular relevo. Mostra-se necessário e essencial detetar precocemente as situações de perigo de modo a que a intervenção promocional possa evitar que num futuro não muito longínquo aquela criança ou jovem acabe por assumir condutas classificadas pela lei penal como crime.

O art. 10º do Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário<sup>1</sup> prevê que a escola, através do respetivo diretor do agrupamento escolar, sempre que se mostre

---

<sup>1</sup> **Artigo 10.º**

**Intervenção de outras entidades**

1 — Perante situação de perigo para a segurança, saúde ou educação do aluno, designadamente por ameaça à sua integridade física ou psicológica, deve o director do agrupamento de escolas ou escola não agrupada diligenciar para lhe pôr termo, pelos meios estritamente adequados e necessários e sempre com preservação da vida privada do aluno e da sua família, actuando de modo articulado com os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto do aluno.

2 —

3 — Quando se verifique a oposição dos pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto do aluno, à intervenção da escola no âmbito da competência

referida nos números anteriores, o director do agrupamento de escolas ou escola não agrupada deve comunicar imediatamente a situação à comissão de protecção de crianças e jovens com competência na área de residência do aluno ou, no caso de esta não se encontrar instalada, ao magistrado do Ministério Público junto do tribunal competente.

necessário, solicite a cooperação das entidades competentes do setor público, privado ou social, para pôr termo a situações de perigo para a saúde, segurança ou educação do aluno, designadamente por ameaça à sua integridade física ou psicológica.

A última alteração introduzida neste preceito veio clarificar e reforçar o princípio da subsidiariedade estabelecido no art. 4º da Lei de Promoção e Proteção, ao estabelecer nos seus n.ºs 3 e 4 que a comunicação à CPCJ ou ao Ministério Público, no caso de aquela não se encontrar instalada, terá lugar apenas e só quando houver oposição (dos pais, representante legal ou de quem tenha a guarda de facto do aluno) à intervenção da escola no âmbito das suas competências, ou nas situações em que escola não consiga, pelos seus próprios meios, assegurar em tempo útil a proteção suficiente que o caso impõe.

Assim, havendo perigo para a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento do aluno, a intervenção é, em primeira linha, levada a cabo pela escola e só na ausência de consentimento dos pais representante legal ou guardador de facto ou na incapacidade da própria escola em atuar de forma tempestiva e eficaz se fará a comunicação às CPCJ, tendo em vista a aplicação de uma medida de promoção e proteção.

No que concerne aos agressores, as situações que chegam à Comissão, na sua maioria, dizem respeito a alunos particularmente complicados e com um grande historial de mau comportamento escolar e de envolvimento em situações de violência.

---

4 — Se a escola, no exercício da competência referida nos n.ºs 1 e 2, não conseguir assegurar, em tempo adequado, a protecção suficiente que as circunstâncias do caso exijam, cumpre ao director do agrupamento de escolas ou escola não agrupada comunicar a situação às entidades referidas no número anterior.

Por regra, estes processos acabam por ser comunicados ao Ministério Público nos termos do art. 68º al. b), da Lei de Promoção e Proteção, em virtude de a criança ou jovem se opor à intervenção da Comissão ou, havendo acordo, ser o mesmo sistematicamente incumprido.

Requerida a abertura de processo judicial, na generalidade das situações a solução passa pela aplicação de uma medida no meio natural de vida, normalmente de apoio junto dos pais.

### ***O Processo Tutelar Educativo***

Noutra vertente do direito de menores e sendo as condutas qualificadas pela lei como crime, ao infrator pode ser aplicada uma medida tutelar educativa.

A instauração de processo tutelar ocorre, por regra, com a participação feita pela entidade policial.

Cabe aqui salientar o papel importante que os agentes da “ Escola Segura” têm vindo a desenvolver, principalmente na vertente da prevenção.

Nos termos do art. 55º do Estatuto do Aluno,<sup>2</sup> o diretor do agrupamento escolar está obrigado a comunicar ao Ministério Público junto do Tribunal de Família e

---

<sup>2</sup> Artigo 55.º

#### **Responsabilidade civil e criminal**

1 — A aplicação de medida correctiva ou medida disciplinar sancionatória, prevista na presente lei, não isenta o aluno e o respectivo representante legal da responsabilidade civil a que, nos termos gerais de direito, haja lugar, sem prejuízo do apuramento da eventual responsabilidade criminal daí decorrente.

2 — Sempre que os factos referidos no artigo 10.º ou outros comportamentos especialmente graves sejam passíveis de constituir crime, deve o director do agrupamento de escolas ou escola não agrupada comunicá-los ao Ministério Público junto do tribunal competente em matéria de família e menores ou às entidades policiais.

3 — Quando o comportamento do aluno menor de 16 anos, que for susceptível de desencadear a aplicação de medida disciplinar sancionatória, se puder constituir, simultaneamente, como facto qualificável de crime, deve o director comunicar tal facto à comissão de protecção de crianças e jovens ou ao representante do Ministério Público junto do tribunal competente em matéria de menores, conforme o aluno tenha, à data da prática do

Menores ou às autoridades policiais todos os comportamentos passíveis de constituírem crime.

Esta dever foi consagrado de forma clara e inequívoca na redação dada pela Lei 39/2010 ao nº2 do mencionado preceito.

Por seu turno, o nº 3 dispõe que se o aluno tiver idade compreendida entre os 12 e os 16 anos e o seu comportamento constituir facto classificado pela lei penal como crime, deve a situação ser comunicada obrigatoriamente ao Ministério Público. Caso a sua idade seja igual ou inferior a 12 anos, por não haver lugar à instauração de Processo Tutelar Educativo, a comunicação deve ser feita à CPCJ.

O nº 4 do mesmo preceito estabelece que se o procedimento criminal pelos factos em causa depender de queixa ou acusação particular e se o exercício desse direito couber à direcção da escola, devem ser ponderados os interesses quer da comunidade educativa quer os do próprio aluno relativamente à sua educação.

Instaurado processo tutelar educativo, que se rege por dois princípios basilares, o da intervenção mínima e o da educação do menor para o direito, deve constituir objetivo primordial do mesmo fazer com que o jovem interiorize o carácter inadmissível da violência.

Sempre que tal se mostre necessário, deve pugnar-se pela sua justa punição na perspectiva da sua recuperação e educação para o direito.

Tal como dispõe o art. 7º da LTE, terá a medida a aplicar que ser necessária e proporcional.

---

facto, menos de 12 ou entre 12 e 16 anos, sem prejuízo do recurso, por razões de urgência, às autoridades policiais.

4 — Quando o procedimento criminal pelos factos a que alude o número anterior depender de queixa ou de acusação particular, competindo este direito à própria direcção da escola, deve o seu exercício fundamentar-se em razões que ponderem, em concreto, o interesse da comunidade educativa no desenvolvimento do procedimento criminal perante os interesses relativos à formação do aluno em questão.



Nas situações particulares de bullying, as medidas tutelares poderão passar pela reparação ao ofendido, imposição de regras de conduta ou o acompanhamento educativo.

É evidente que situações de particular gravidade poderão levar à aplicação da medida de internamento em centro educativo.

De notar, igualmente, que em face do disposto no art. 75º nº1 da LTE, o inquérito é dirigido pelo Ministério Público, *assistido por órgãos de polícia criminal*.

Nas situações que envolvem telecomunicações e meios informáticos a Polícia Judiciária é quem tem, por norma, os meios adequados à investigação deste tipo de factos pelo que, sempre que se mostre necessário, deverá ser solicitada a sua colaboração na respetiva investigação.

### **Subsunção dos factos à Lei Penal**

#### ***Ofensas à integridade física***

Algumas das situações de bullying, levadas a cabo através de agressões contra alunos que sejam particularmente frágeis e vulneráveis, quer porque são muito mais novos e fisicamente muito mais débeis que os agressores, quer porque sofrem de alguma doença ou apresentam alguma deficiência, poderão integrar-se na classificação de crime de ofensas à integridade física qualificada, por força do disposto nos art. 145º e 132º nº2, al.c), do C.Penal.

De igual modo, algumas vezes as situações de violência em geral e do bullying em especial estão também associadas a questões raciais, étnicas, religiosas ou até relacionadas com o facto de aluno ser homossexual ou pelo menos tido como tal.

A homossexualidade pode, ainda hoje, constituir um fator que leva à agressão e humilhação por parte de colegas.

Nestes casos o enquadramento legal será feito também no crime de ofensas à integridade física qualificada, com referência à al. f) do mencionado art. 132º.

Na situação de as ofensas serem levadas a cabo em contexto de grupo ou com utilização de arma caberá na al. h) do mesmo preceito e agravará também o crime.

Outra das circunstâncias que qualifica o crime é o facto de vítima pertencer a uma das categorias mencionadas na al. l) do art. 132º, desde que no exercício de funções ou por causa delas.

Nestas se incluem os funcionários públicos, aqui se integrando grande parte do pessoal não docentes das escolas públicas; os docentes, não havendo aqui distinção entre os professores das escolas públicas ou privadas e *“os membros de comunidade escolar”*.

Quem integra esta última categoria, aditada ao artigo pela alteração do Código Penal introduzida em 2007, é uma das questões que se coloca.

Os alunos, pais e encarregados de educação poderão aqui ser incluídos?

No “Estatuto do Aluno” encontra-se a referência à “ comunidade educativa” e no seu art. 4º enumera-se quem a integra. São eles alunos, pais, encarregados de educação, professores, pessoal não docente, autarquias locais e os serviços da administração central e regional com intervenção na área da educação.

Julgo, no entanto, que esta definição é muito mais abrangente que o conceito do Código Penal e não poderá ser utilizada para o interpretar.

A alteração introduzida neste preceito terá tido o propósito de abarcar as pessoas que, agora em cada vez maior número, são contratadas pelas escolas públicas e que não têm qualquer vínculo à função pública, como sejam, por exemplo, alguns psicólogos e pessoal auxiliar, mormente os que desempenham funções de segurança.

Por outro lado, esta nova categoria permite abranger o pessoal não docente dos estabelecimentos de ensino privados.

De notar no entanto que a agravação pressupõe que a prática do facto tenha tido lugar no *“exercício das suas funções ou por causa delas”*.

Assim sendo, não é qualquer agressão ocorrida entre “membros da comunidade escolar” que integra a agravante. Subjacente à conduta tem que estar uma questão relacionada com a própria escola ou com a comunidade educativa.

E isto apresenta especial relevo quando a agressão ocorre entre dois alunos.

Um desentendimento seguido de agressão que tem na sua génese questões relacionadas com uma namorada não preenche a agravante mas se estiver relacionada com um trabalho escolar ou com um exame a agravante já se mostra preenchida.

### *Ameaças*

No que respeita ao crime de ameaças, a sua forma agravada, do art. 155º, tem igualmente como vítimas, as pessoas referidas no art. 132º al. 1) e pessoas particularmente indefesas, em razão da idade, doença ou deficiência física.

### *Coação*

Do mesmo modo, muitas das situações descritas como bullying caberão na previsão do crime de coação que, de igual modo, reveste natureza pública.

### *Difamação e Injúria*

A difamação e a injúria, veem a sua pena agravar-se quando praticados de forma a facilitar a sua divulgação. Aqui caberão as situações em que para atingir a vítima na sua honra e dignidade é utilizada a internet ou o telemóvel como forma de divulgação da ofensa.

As situações do designado cyberbullying poderão integrar este tipo de ilícito.

A natureza particular destes crimes cede perante a agravação p. no art. 184º, se a vítima for uma das pessoas referidas na al. 1), do art. 132º, caso em que o ilícito reveste natureza semipública.

### *Devassa da vida privada*

A divulgação de cenas íntimas que, como atrás vimos, constitui uma das formas mais comuns de cyberbullying, pode também integrar a prática do crime previsto no art. 192º do C.Penal que reveste natureza semipública ( 198º) .

Entre este ilícito e o crime de difamação ocorre um concurso efetivo de crimes.

### ***Gravação e fotografias ilícitas***

As situações que se prendem com a gravação de agressões e sua posterior divulgação, o designado “*happy slap*”, podem também integrar a prática do crime previsto no art. 199º, do C.Penal, cuja natureza é, igualmente, semipública.

### ***Crimes contra a propriedade***

Os crimes de natureza patrimonial, como sejam o furto e o roubo, encontram-se também eles associados muitas vezes a situações de violência continuada ou bullying.

O dano, se tiver como objeto a escola ou bens a ela pertencentes, por força do disposto no art. 213º nº1, al.c), é qualificado e tem natureza pública.

## **Bibliografia**

**Albuquerque, P.P. (2008).** *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

**Alexander, J. (2007).** *Agressividade na escola. Bullying. Um guia essencial para pais*. Lisboa: Editorial Presença.

**Almeida, A.T. (2010).** *Bullying: «O caminho que medeia entre o conhecimento e a compreensão do problema»*. In Estudos em homenagem a Rui Epifânio. Coimbra: Almedina.

**Barros, N. (2010).** *Violência nas escolas. Bullying*. Lisboa: Bertrand Editora.

**Blaya, C. (2006).** *Violência e maus-tratos em meio escolar*. Lisboa: Instituto Piaget.

**Bolieiro, H e Guerra, P. (2009).** *A Criança e a Família, uma Questão de direito(s)*. Coimbra: Coimbra Editora.

**Carvalhosa, S. (2010).** *Prevenção da violência e do bullying em contexto escolar*. Lisboa: Climepsi Editores.

**CNPCJR, Promoção e proteção dos direitos das crianças.** Guia de orientações para profissionais da educação na abordagem de situações de maus tratos e outras situações de perigo.

**Delgado, P. (2006).** *Os Direitos da Criança, da participação à responsabilidade*. Porto: Profedições.

Organização Mundial de Saúde, Relatório mundial sobre violência e saúde, 2002.

Martins, P. (2009). *Mediação escolar - uma mudança de paradigma*. In [www.gral.mj.pt/userfiles/MediacaoEscolar\\_Umamudancadeparadigma.pdf](http://www.gral.mj.pt/userfiles/MediacaoEscolar_Umamudancadeparadigma.pdf)

Morgado, C. e Oliveira, I. (2009). *Mediação em contexto escolar: transformar o conflito em oportunidade*. In [www.exedrajournal.com/docs/01/43-56.pdf](http://www.exedrajournal.com/docs/01/43-56.pdf)

Pais, J.M. (2011) «Culturas Juvenis e marginalidade». In Arte e Delinquência. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Pro Dignitate, Fundação de Direitos Humanos (2006). Seminário europeu. Vários autores. *Bullying. Prevenção da violência na escola e na sociedade*. Coimbra: Gráfica de Coimbra 2 em colaboração com a Pro Dignitate.

Sá, E. (2003). *Adolescentes somos nós*. Lisboa: Fim de Século.

Strecht, P. ( 2008). *A minha escola não é esta*. Lisboa: Assírio & Alvin.